Globethics Repository



Um olhar sobre a conjuntura política [A look at the political conjuncture]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Stédile, João Pedro
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-14 18:06:58
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/162933

plural, em termos políticos, e com o máximo rigor acadêmico permitido pelos assuntos abordados.

Nesse número retomamos o tema da conjuntura política e econômica do País, instigados pelo tenso momento político atual. Querendo ouvir a voz dos movimentos sociais, publicamos um texto de João Pedro Stédile, da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Coordenação dos Movimentos Sociais. Entrevistamos também Raul Pont, da direção nacional do PT. Os artigos de Plínio Arruda Sampaio, Ivan Valente e Emir Sader mais a síntese das notícias diárias da página web do IHU contribuem, igualmente, para a análise. Essa é complementada com um olhar crítico sobre o programa econômico do atual governo. A economista Leda Maria Paulani, que, nesta semana, estará aqui conosco na Unisinos, presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política, os economistas Pedro Paulo Bastos, professor na Unicamp, e Reinaldo Gonçalves, professor na UFRJ, apostam na necessidade e na possibilidade de um programa econômico mais inclusivo em termos sociais.

Por diversos motivos, a preparação deste número foi difícil. Entre outros, cabe destacar a perplexidade (ou seria desilusão?) engendrada pelo complicado momento político nacional. Ela faz com que muitas pessoas tenham dificuldade em participar do debate político. Elas preferem esperar mais um tempo para que tudo fique mais claro. Algumas, simplesmente, abdicaram de participar desta polêmica. Mesmo assim, com todos os riscos, aqui apresentamos a nossa pequena contribuição para a discussão do momento conjuntural brasileiro.

A todas e todos, uma ótima semana de festas juninas e uma excelente leitura!

(Voltar ao índice)

MATÉRIA DE CAPA

UM OLHAR SOBRE A CONJUNTURA POLÍTICA

Por João Pedro Stédile

*João Pedro Stédile é economista, formado pela PUCRS, com pós-graduação pela Universidade Autônoma do México (UNAM). Participa, desde 1979, das atividades da luta pela reforma agrária, sendo um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e membro de sua direção nacional. Stédile concedeu uma entrevista sobre Raimundo Faoro, na 64ª edição do **IHU On-Line**, de 16 de junho de 2003 e outra sobre o Fórum Social Mundial, na edição 129ª, de janeiro de 2005. É autor de, entre outros livros, **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997; **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil** (com Bernardo Fernandes). São Paulo: Perseu Abramo, 1999; **Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo** (com Francisco de Oliveira e José Genoíno). São Paulo: Perseu Abramo, 2000. O artigo a seguir reflete a posição do MST sobre a conjuntura nacional atual, e foi enviado por João Pedro Stédile ao **IHU On-Line** na última semana.*

Cenário Internacional e a América Latina

A atual crise brasileira tem um pano de fundo: o recrudescimento da política dos Estados Unidos para a América Latina. Alertado por seus aliados na região (as burguesias locais e seus representantes, como Fernando Henrique Cardoso), o governo de George W. Bush, agora em seu segundo mandato, está preocupado com a instabilidade e as resistências de massa, no continente, que em diversos paises adquirem caráter de ofensiva e levaram a instabilidade institucional.

Um exemplo disso é a posição que os Estados Unidos estão tomando ao proteger o agente da CIA Luis Posada Carriles, condenado à prisão por terrorismo contra Cuba, Chile e Venezuela. Ligado à máfia anticastrista de Miami, Carriles é considerado um dos principais terroristas do continente.

Esteve envolvido em atentados, como o assassinato do chanceler chileno Orlando Letelier em Washington (1973) e a derrubada de uma aeronave da Cubana Aviação (1976), deixando 73 mortos. Outro indicativo desse endurecimento dos Estados Unidos é a postura agressiva da secretária de Estado, Condoleezza Rice, contra Cuba e Venezuela. Rice acusou o presidente Hugo Chávez de estar por trás da crise na Bolívia, uma hipótese que nem a própria direita boliviana acredita.

Crise de modelo

O capital estadunidense está tentando manter a estabilidade política para seguir controlando o petróleo, o gás, os recursos naturais da biodiversidade, as sementes transgênicas. E tentar também impor o livre comércio por meio tratados bilaterais ou regionais - como o negociado com a América Central (Cafta) - e assegurar a liberdade total de circulação do capital financeiro no continente. Para isso, precisa de estabilidade, de governos aliados. Submissos.

Os quinze anos de neoliberalismo e de espoliação total da riqueza do continente latino-americano produziram uma dominação total do capital internacional que bloqueou alternativas de modelos econômicos, mesmo dentro do sistema capitalista. Como resultado, há uma grave crise de modelo econômico. Há estudos que revelam que, nesse período, nosso continente enviou um trilhão de dólares em remessas para os Estados Unidos e para a Europa.

Essa crise de modelo se transforma em crise política permanente. Hoje, estão se esgotando as formas tradicionais de dominação e manipulação institucional (eleitoral) do povo. A burguesia não tem tido o mesmo sucesso para apaziguar ânimos internos por meio das manobras dos partidos e das eleições. As sucessivas quedas de presidentes, sob forte pressão popular, em alguns países como Equador e Bolívia demonstram que a simples troca de nomes não constitui mais saídas alternativas.

Já as tradicionais "saídas militares", de golpes e repressão, utilizadas pelas burguesias e pelo império no passado, agora, não conseguem se apresentar como alternativas possíveis. Isso porque a verdadeira saída estaria na mudança de modelo econômico.

Certamente, no Brasil, o capital internacional de origem estadunidense e o governo Bush aumentaram sua interlocução com aliados (como tucanos, PFL , sócios nas empresas, gerentes de transnacionais, etc.). Seu objetivo é colocar limites claros na política do governo Lula, em especial no tocante à política externa e em relação à Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

É só lembrar das cobranças públicas que Rice fez ao governo brasileiro para assinar esse acordo. Sabe-se também dos vínculos permanentes que há dos serviços de inteligência que operam no Brasil, com setores ou ex-agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin, ex-SNI), Polícia Federal, e os serviços do império (CIA-FBI). E como atuam sempre, com operações extra-estado, extragovernos.

A situação política do Brasil – Os antecedentes

O povo votou em Lula para mudar a política econômica. No entanto, as alianças eleitorais e os compromissos da Carta ao Povo Brasileiro, em 22 de julho de 2002, fizeram com que tivéssemos um ministério de composição com os interesses do capital e a manutenção de uma política econômica claramente neoliberal. Política essa que está baseada em três pilares: altas taxas de juros, garantia do superávit primário e estímulo permanente às exportações realizada (em sua maioria pelas corporações transnacionais).O governo priorizou suas articulações, para buscar a governabilidade e estabilidade, no apoio da imprensa burguesa e nas alianças com os partidos da direita. Esqueceu-se de construir uma sólida base de apoio popular, a partir de medidas concretas de mudanças sociais.

Ao privilegiar as negociações de cúpula, se afastou dos movimentos sociais de suas decisões. Tentou agradar o mercado financeiro, a mídia, mas esses têm a sua classe: tucano por tucano, preferem o original.

Refém deste tipo de pratica política, o governo acabou perdendo, cada vez mais, apoio das forças progressistas e dos setores populares organizados. Internamente, foi perdendo coesão e unidade. Como o governo não tem um projeto de desenvolvimento nacional, isso impede que os ministros tenham uma política unitária, rumo a um mesmo objetivo.

Os objetivos da classe dominante nesse momento

O que quer a classe dominante brasileira em "criar" uma crise política agora, em torno do tema da corrupção? Primeiro, querem inviabilizar um segundo mandato de Lula. Pretendem derrotá-lo agora, antes que consolide sua base política. (E aqui entram as sugestões do império para que seus aliados locais recuperem o controle absoluto do poder político). Não por acaso, a direita mais afoita e insensata chegou a propor impeachment de Lula ou defender em jornais José Alencar como presidente.

Outro objetivo é fazer um novo pacto com o Lula. As classes dominantes somente aceitariam sua reeleição com um novo acordo: mais políticas para a direita e sem alterações na política econômica. A idéia é garantir que o governo Lula complete o ciclo de implementação de todas as mudanças neoliberais, mantendo o povo sob controle, e fazendo novas privatizações (não à toa, são ventiladas propostas de se privatizar Os Correios, como forma de evitar a corrupção). Além disso, a crise serve para a elite impor uma derrota política e ideologicamente à toda esquerda brasileira. Querem criar condições para a criminalização dos movimentos sociais, evitando um processo de reascensão do movimento de massas, como vem ocorrendo em países vizinhos.

Reflexões para a esquerda social

Diante desse quadro, as forças sociais estão diante da necessidade de ter uma tática que decifre o enigma colocado: nem ser conivente com atos de corrupção nem se somar às iniciativas da direita para isolar o governo. E a dificuldade em resolver esse enigma, hoje, é que as forças sociais não conseguem mobilizar o povo, pois estamos vivendo um contexto de descenso do movimento de massas, de apatia das massas.Diante desse quadro é importante que as forças sociais se aglutinem, sobre a base de uma mesma política, como:

1 - Exigir apuração total até as últimas conseqüências de todas as denúncias de corrupção. Exigir investigação policial, nos casos respectivos, e parlamentar, quando envolve congressistas. Mas exigir que essas investigações atinjam também o período do governo Fernando Henrique Cardoso, em que não se investigou as compras de voto para emenda da

reeleição, dos processos de privatização, da instalação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam); etc.
2 - Denunciar de que a corrupção é o método clássico das elites governarem. Sempre praticam corrupção para dividir o botim do estado, mesmo para se eleger. As doações fantásticas das empresas (os "caixas dois" de campanha) são uma forma muito pior de corrupção. Garantir que o estado repasse elevadas somas ao sistema financeiro é uma forma de apropriação legal, mas ilegítima de recursos públicos.
3 - Denunciar que os verdadeiros problemas do povo estão relacionados com a atual política econômica, neoliberal. E, portanto, é hora de aproveitar essa crise de alianças do governo para que o governo crie coragem e mude a política econômica, encaminhando mudanças no modelo neoliberal; e consiga então recursos necessários para implementar soluções para os problemas do povo, de terra, trabalho, educação, moradia.
4 - Exigir que, no bojo dessa crise, a sociedade discuta a necessidade da reforma política. O sistema atual, de representação partidária, eleitoral e parlamentar, está falido. Precisamos de novas formas de democracia direta, de representação popular, de financiamento público e único de campanhas. E aprovação do direito do povo de convocar plebiscitos sobre temas relevantes da sociedade, conforme projeto já em andamento de iniciativa da OAB-CNBB e apoiado pelos movimentos sociais da CMS.
5 - Debater com a sociedade a necessidade de um novo projeto de desenvolvimento nacional, que reoriente a economia para resolver os problemas do povo, de trabalho, terra, educação, saúde e moradia;
6 - Levar esse debate para a população utilizando todos os meios possíveis: programas de radio, televisão, jornais e organizar atos políticos para debater essas questões; e exigir as mudanças necessárias.

(Voltar ao índice)

"PRECISAMOS DE UM GOVERNO QUE COMBATA A CORRUPÇÃO E SINALIZE UM PROJETO DE REFORMA POLÍTICA"

Entrevista com Raul Pont

Raul Pont é deputado estadual, graduado em História pela UFRGS, especialista em Ciências Políticas pela Unicamp. Ele foi professor na Unisinos entre 1977 e 1991. Como político, exerceu as funções de vice-prefeito de Porto Alegre de 1993 a 1996, prefeito de Porto Alegre de 1997 a 2000, deputado estadual de 1987 a 1990, deputado federal de 1991 a 1992. Atualmente, é professor no curso de Especialização em Gestão Pública Participativa na UERGS, em Porto Alegre. Raul Pont é membro do Diretório Nacional do PT, que ajudou a fundar. Construtor partidário, foi secretário-geral e presidente do PT do Rio Grande do Sul. Como candidato ao Senado, participou da primeira eleição disputada pelo partido, em 1982, assim como foi o primeiro candidato pela sigla a prefeito de Porto Alegre, em 1985. Sua elaboração político-teórica resultou em livros publicados, entre os quais citamos: ***Da Crítica ao populismo à construção do PT****. Dourados: Seriema, 1985;* ***Democracia, participação e Cidadania - Uma Visão de Esquerda****. Porto Alegre: Livraria Palmarinca, 2000; e* ***A Estrela Necessária****. Porto Alegre: Veraz, 2002. No dia 7 de novembro de 2002, Raul Pont apresentou o evento* ***IHU Idéias****, promovido pelo IHU, no qual abordou o tema Panorama atual das eleições no Brasil. Sobre o assunto, ele concedeu uma entrevista ao* ***IHU On-Line*** *n.º 41, de 4 de novembro de 2002 e na edição 123ª de 16 de novembro de 2004 abordou, também em entrevista ao* ***IHU On-Line****, os resultados*